

Áurea Viana Moreira¹

 0009-0008-6968-5614

Giovanna Rocha Leal

Araújo¹

 0009-0001-6783-614X

Fernanda Gomes Lopes²

 0000-0003-1661-3816

¹ Universidade de Fortaleza.
Fortaleza, Ceará, Brasil.

DOI

10.54620/cadesp.v20i1



Licença CC BY 4.0

Resistência, ancestralidade e coletividade na educação indígena

Resistance, ancestry, and collectivity in indigenous education

Resistencia, ancestralidad y colectividad en la educación indígena

RESUMO

Este artigo tem como objetivo relatar a experiência de estudantes de Psicologia na condução de um grupo focal com professores e funcionários de uma escola indígena localizada no município de Pacatuba, Ceará, buscando compreender o ofício docente e as práticas educativas nesse contexto. Trata-se de pesquisa qualitativa, estruturada como relato de experiência, realizada em disciplina de estágio, utilizando observação participante, entrevistas semiestruturadas e grupo focal. Os resultados evidenciaram que a escola indígena se configura como um espaço de resistência cultural, no qual a educação está intrinsecamente articulada à ancestralidade, à espiritualidade e à coletividade. As práticas pedagógicas observadas extrapolam o modelo escolar hegemônico, valorizando a transmissão intergeracional de saberes e o trabalho coletivo. Conclui-se que a experiência contribuiu para a valorização dos saberes indígenas e para a formação acadêmica das estudantes, reafirmando a importância de práticas de pesquisa comprometidas com a descolonização do conhecimento.

Descritores: Povos Indígenas; Educação; Psicologia.

ABSTRACT

This article aims to report the experience of Psychology students in conducting a focus group with teachers and staff from an Indigenous school located in the municipality of Pacatuba, Ceará, seeking to understand the teaching profession and educational practices in this context. This is a qualitative study, structured as an experience report, carried out within an internship course, using participant observation, semi-structured interviews, and a focus group as research techniques. The results showed that the Indigenous school functions as a space of cultural resistance, in which education is intrinsically connected to ancestry, spirituality, and collectivity. The observed pedagogical

practices go beyond the hegemonic school model, valuing intergenerational knowledge transmission and collective work. It is concluded that the experience contributed to the appreciation of Indigenous knowledge and to strengthening the students' academic training, reaffirming the importance of research practices committed to the decolonization of knowledge.

Keywords: *Indigenous Peoples; Education; Psychology.*

RESUMEN

Este artículo tiene como objetivo relatar la experiencia de estudiantes de Psicología en la realización de un grupo focal con docentes y funcionarios de una escuela indígena ubicada en el municipio de Pacatuba, Ceará, con el fin de comprender el oficio docente y las prácticas educativas en este contexto. Se trata de una investigación cualitativa, estructurada como un relato de experiencia, desarrollada en el marco de una asignatura de prácticas, utilizando la observación participante, entrevistas semiestructuradas y el grupo focal como técnicas de investigación. Los resultados evidenciaron que la escuela indígena se configura como un espacio de resistencia cultural, en el que la educación está intrínsecamente vinculada a la ancestralidad, la espiritualidad y la colectividad. Las prácticas pedagógicas observadas trascienden el modelo escolar hegemónico, valorando la transmisión intergeneracional de saberes y el trabajo colectivo. Se concluye que la experiencia contribuyó a la valorización de los saberes indígenas y al fortalecimiento de la formación académica de las estudiantes, reafirmando la importancia de prácticas de investigación comprometidas con la descolonización del conocimiento.

Descriptores: *Pueblos Indígenas; Educación; Psicología.*

INTRODUÇÃO

Historicamente, a educação escolar indígena no Brasil operou sob uma lógica colonial de integração e assimilação, que impôs matrizes eurocêntricas e resultou na negação sistemática das línguas, culturas e valores dos povos originários, promovendo sua invisibilização epistêmica e ontológica. Entretanto, a partir da Constituição Federal de 1988, esse modelo foi tensionado pela conquista de uma educação que visa à continuidade histórica, étnica e cultural dessas populações. Nesse cenário, o diálogo entre a educação intercultural e os estudos decoloniais têm legitimado as pedagogias indígenas como práticas insurgentes de resistência e libertação, as quais deixam de ser vistas como folclore para se consolidarem como metodologias essenciais que desafiam a hegemonia da modernidade ocidental e a hierarquização dos saberes¹.

As práticas pedagógicas indígenas contemporâneas articulam dimensões formais e comunitárias, integrando ao currículo a memória coletiva, a cosmologia e a territorialidade. Nesse cenário, professores e lideranças extrapolam a função docente convencional ao protagonizarem a gestão escolar e organizarem o ensino-aprendizagem via narrativas orais, rituais e reciprocidade. Contudo, apesar dos avanços normativos que garantem uma educação diferenciada, essas instituições enfrentam o dilema de garantir o acesso aos conhecimentos técnico-científicos da sociedade envolvente sem comprometer a transmissão de saberes tradicionais, muitos dos quais não são “escolarizáveis” por serem de domínio restrito à comunidade¹. Essa tensão é pouco explorada por estudos que descrevam experiências concretas e sua interlocução com campos como a Psicologia, ciência fundamental para compreender as dinâmicas de alienação e os processos de (re)humanização e descolonização nesse contexto¹.

Diante disso, o presente artigo tem como objetivo relatar a experiência de estudantes de Psicologia com a realização de um grupo focal com professores e funcionários de uma escola indígena, localizada no município de Pacatuba/Ceará. A atividade buscou compreender o ofício docente, os desafios vivenciados e as práticas educativas desenvolvidas nesse contexto, reconhecendo seus saberes, o papel central de sua comunidade e os modos próprios de organização pedagógica.

MÉTODOS

Trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa, estruturada como um relato de experiência, desenvolvida no âmbito de uma disciplina de estágio do curso de Psicologia de uma universidade situada em Fortaleza. A abordagem qualitativa permite acessar a complexidade das experiências humanas ao privilegiar a interpretação dos sentidos atribuídos pelos sujeitos às suas vivências e aos contextos nos quais estão inseridos. Nessa perspectiva, o relato de experiência configura-se como uma estratégia metodológica que descreve práticas acadêmicas desenvolvidas em campo, focalizando os processos formativos, as percepções construídas e os aprendizados produzidos pelas autoras ao longo da atividade realizada^{2,3}.

A vivência ocorreu em uma escola estadual indígena localizada em um território tradicional no município de Pacatuba, no estado do Ceará. O contexto em que a instituição se insere é marcado por um longo histórico de lutas da população local por demarcação e sobrevivência frente ao avanço da urbanização e das indústrias no entorno. Embora institucionalizada formalmente há cerca de oito anos, a gênese da escola remonta à organização comunitária da década de 1990, quando o ensino era conduzido por uma anciã sob a sombra de uma árvore, utilizando cadernos confeccionados manualmente para alfabetizar as crianças.

Atualmente, a instituição atende aproximadamente 244 estudantes, com uma oferta educacional que abrange desde a Educação Infantil até o Ensino Médio e a Educação de Jovens e Adultos (EJA). O corpo docente é composto por 32 professores, sendo a grande maioria pertencente à própria comunidade indígena, o que assegura a centralidade dos saberes locais no fazer pedagógico. A estrutura física da escola compreende oito salas de aula, biblioteca, laboratório de informática, auditório e quadra de esportes, espaços que se integram à natureza circundante, a qual atua como um elemento educador vivo.

O currículo da instituição fundamenta-se em uma educação diferenciada, que estabelece uma relação horizontal entre professores e alunos e promove a inclusão de estudantes não indígenas da região e de crianças atípicas. Nessa proposta, os conhecimentos tradicionais e a espiritualidade são articulados às matérias obrigatórias. A gramática é ensinada por meio da leitura, do canto e da dança do toré; a matemática é explorada na confecção de artesanatos com miçangas; e as aulas de plantio servem como laboratório para o ensino da medicina tradicional. Esse detalhamento evidencia um cenário em que o aprendizado transcende a sala de aula, fortalecendo a identidade étnica e a resistência cultural.

Diante da compreensão desse contexto, as atividades foram distribuídas em três encontros presenciais realizados no segundo semestre de 2025. Nos dois primeiros encontros, realizou-se o reconhecimento do campo e a condução de conversas informais e entrevistas com uma liderança local (filha do cacique) e duas docentes (sendo uma delas a pajé da comunidade). Essas conversas visaram compreender a história de fundação da instituição, sua organização pedagógica e os impactos do ofício na vida dos educadores.

No terceiro encontro, foi realizado um grupo focal com oito professores (quatro mulheres e quatro homens) atuantes da educação infantil ao ensino médio. A atividade ocorreu na sala dos professores, com as cadeiras dispostas em roda, favorecendo a interlocução entre os participantes. A escolha por esse procedimento metodológico fundamentou-se em sua natureza qualitativa, que enfatiza a interação grupal como via para a construção coletiva de sentidos, a partir do diálogo e da circulação de experiências entre os integrantes^{2,3}.

A seleção dos participantes para o grupo focal seguiu critérios de intencionalidade e conveniência, buscando representar diferentes níveis de ensino (da educação infantil ao ensino médio) e garantir a paridade de gênero, de modo a ampliar a diversidade de experiências compartilhadas no grupo. O

convite foi realizado formalmente em reunião pedagógica, com adesão voluntária dos docentes que possuíam disponibilidade no horário da atividade.

Quanto ao papel das pesquisadoras, estas atuaram como mediadoras horizontais, sendo responsáveis pela condução das atividades, organização do espaço, proposição das dinâmicas e facilitação do diálogo entre os participantes. Durante a condução, adotou-se uma postura sensível e não diretiva, facilitando a circulação da fala e garantindo que o espaço não fosse de avaliação técnica, mas de construção compartilhada de sentidos.

O procedimento de análise dos dados qualitativos baseou-se na análise temática³. Primeiramente, as pesquisadoras realizaram leituras dos registros contidos nos diários de campo (notas de observação e relatos do grupo focal). Em seguida, os discursos e os sentidos atribuídos às dinâmicas (como a escolha por desenhar elementos da natureza e a seleção das imagens geradoras) foram codificados e agrupados por similaridade de sentido. Então, os dados foram organizados em eixos temáticos que nortearam a apresentação dos resultados, sendo eles: a reverência à ancestralidade, a coletividade radical como sustentação do ofício, a materialidade da educação diferenciada integrada à natureza e os desafios inerentes à profissão docente neste contexto.

Por fim, é importante destacar que a pesquisa foi conduzida em conformidade com os princípios previstos na Resolução nº 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde⁴. Considerando tratar-se de um relato de experiência oriundo de atividade pedagógica, sem coleta de dados pessoais sensíveis, o estudo enquadra-se nas situações de dispensa de submissão ao CEP/CONEP. Ainda assim, foram rigorosamente observados os princípios de confidencialidade, assegurando-se o anonimato da escola, da aldeia e de todos os participantes.

RESULTADOS

A inserção no campo teve início com a aproximação sensível à história local. As conversas prévias com a liderança e com as professoras revelaram que a escola é um símbolo histórico de resistência do povo daquela região. O grupo focal operou como o principal espaço de escuta e compartilhamento da pesquisa, sendo conduzido a partir da seguinte pergunta disparadora: *"Quem é você no trabalho de docência nesta escola?"*. Para responder a essa provocação de forma lúdica e reflexiva, a intervenção foi estruturada em dois momentos práticos sequenciais: uma dinâmica inicial de construção de autorretratos e uma atividade principal mediada por imagens geradoras.

No primeiro momento, como forma de quebra-gelo, foram distribuídos papéis e canetas coloridas para que os educadores desenhassem algo que os representasse individualmente. Notou-se uma hesitação inicial em focar no "eu" isolado, o que rapidamente se transformou em produções carregadas de simbolismo coletivo. De forma quase unânime, as representações não ilustravam figuras humanas, mas sim elementos da natureza, como plantas, raízes e frutos. A ideia geral que emergiu dessa dinâmica foi a de que as identidades docentes e

pessoais daqueles sujeitos são indissociáveis do território e do meio ambiente, funcionando como uma extensão da própria terra.

Em seguida, foram espalhadas diversas imagens impressas com temáticas indígenas, e os professores foram convidados a escolher aquelas que melhor traduzissem o cotidiano e os desafios de seu ofício. A partir dessas escolhas e das reflexões que se seguiram, emergiram eixos centrais de discussão.

O primeiro eixo evidenciado foi o profundo respeito à ancestralidade. A partir da seleção de uma participante pela imagem que retratava uma figura feminina com raízes corporais, o grupo debateu a reverência aos antepassados, referidos afetuosamente como “troncos velhos”. A ideia central compartilhada foi a do peso transgeracional da profissão, mobilizando que os educadores expressassem o sentimento de que o ato de ensinar estava carregado de uma dupla responsabilidade, a de honrar a memória e as lutas dos que já se foram, ao mesmo tempo em que prepara as futuras gerações. Essa conexão ancestral foi lembrada na própria origem da escola, que começou debaixo de uma árvore, fruto do ensino afetivo de uma anciã da comunidade.

Outro eixo debatido foi o da coletividade radical, impulsionado por uma imagem que exibia um tecido sendo construído por várias mãos. Os educadores trouxeram ideias gerais sobre como a união comunitária é o que sustenta a instituição diante das frequentes lacunas do Estado. Relatou-se, de modo geral, que o ofício docente transcende o cumprimento do currículo e se materializa em ações de suporte mútuo e autogestão. Exemplos práticos disso foram as menções ao rateio voluntário dos próprios salários para garantir a alimentação de turmas mais jovens e o pagamento de profissionais de apoio para crianças atípicas, bem como o cuidado diário entre a própria equipe nos pequenos gestos de partilha.

A materialidade da educação diferenciada também foi amplamente discutida pelo grupo. A ideia central de que a natureza funciona como a principal educadora pautou os relatos sobre as metodologias de ensino. Os participantes descreveram um cotidiano em que o currículo formal se funde de forma dinâmica às tradições, exemplificado por atividades nas quais regras gramaticais da língua portuguesa são ensinadas no ritmo de danças ritualísticas, conceitos matemáticos são transmitidos por meio da confecção artesanal de miçangas e a medicina tradicional é vivenciada em aulas práticas de plantio.

Apesar da potência pedagógica, o espaço grupal serviu também para o compartilhamento de dores e desafios inerentes à profissão. O grupo trouxe à tona o forte preconceito enfrentado, debatendo as violências sofridas ao longo de suas formações acadêmicas em instituições não indígenas, marcadas, por exemplo, por constrangimentos e proibições quanto ao uso de pinturas e vestimentas tradicionais. Além disso, os docentes relataram resistências que ocorrem no próprio entorno escolar, como a recusa de alguns alunos em participar de práticas culturais devido à influência de vertentes religiosas que tendem a “demonizar” os rituais ancestrais. O sentimento expresso foi o de um desgaste frente à necessidade contínua de autoafirmação contra o apagamento identitário.

Por fim, a realização das atividades evidenciou que o grupo focal não operou apenas como um instrumento de investigação, mas como um dispositivo vivo de escuta coletiva. A troca de ideias e o compartilhamento de angústias e vitórias consolidaram um ambiente de reconhecimento mútuo e de validação dos saberes, reafirmando que, para aqueles educadores, resistir, cuidar da comunidade e ensinar são ações indissociáveis.

DISCUSSÃO

A experiência vivenciada evidenciou que a escola indígena transcende a mera transmissão de conteúdos curriculares, assumindo o papel de um território político de afirmação identitária e resistência cultural. Essa dinâmica dialoga com as pedagogias decoloniais, que concebem a educação não como uma prática neutra, mas como uma metodologia insurgente e imprescindível para as lutas sociais e epistêmicas de libertação frente à colonialidade do saber e do ser¹. Nesse cenário de disputa, o ofício docente é ressignificado, pois a instituição deixa de operar sob a antiga lógica tutelar e assimilacionista do Estado colonial para assumir a complexa missão inversa, de garantir a continuidade histórica, étnica e cultural da comunidade⁵.

Um dos eixos mais contundentes revelados foi a vivência de uma coletividade radical, expressa de forma vívida nas estratégias autogestionadas de cuidado mútuo, como a partilha de recursos financeiros dos próprios educadores para sustentar os alunos. Esse *ethos* comunitário contrapõe-se ao modelo educacional hegemônico de viés neoliberal, que atua na formação de sujeitos de maneira despolitizada, fundamentada na concorrência, no individualismo e na preparação de mão de obra para o mercado⁶. Ao contrário dessa lógica, as práticas educativas indígenas estruturam-se na interdependência e na solidariedade. Como aponta a literatura especializada sobre o tema, nas epistemologias indígenas “ninguém dança sozinho”, o que significa que a pedagogia nativa e a produção do conhecimento são inviáveis fora da dimensão estritamente comunitária e do esforço coletivo⁷.

A indissociabilidade entre a prática pedagógica, a natureza e a espiritualidade constituem-se como dimensões centrais desta reflexão. A forte identificação dos participantes com o território (refletida nos desenhos de plantas e raízes), a afirmação de que “a floresta ensina” e a reverência aos “troncos velhos” encontram ressonância em uma ontologia na qual o meio ambiente não é visto como um mero recurso inanimado, mas como uma teia viva de relações e entidades espirituais que formam a base da própria ancestralidade do povo⁸. Ao integrar o currículo formal a ritos como o *toré* e aos elementos práticos do território, os educadores rompem com o monopólio da cultura escritocêntrica ocidental. Esse movimento evidencia que os processos complexos de aprendizagem vão muito além da escolarização clássica, uma vez que muitos saberes comunitários sequer são transmissíveis ou limitáveis aos moldes de uma sala de aula convencional⁵.

Contudo, as narrativas sobre as violências e os constrangimentos vivenciados pelos docentes ilustram o peso de uma ferida colonial ainda aberta. Essas agressões reforçam a constatação de que a sociedade brasileira e a história oficial submeteram as populações indígenas a um sistemático processo de invisibilidade, silenciamento e violência, muitas vezes negando sua condição de sujeitos históricos contemporâneos e criminalizando suas lutas⁹. Lidar com essas violências diárias e enfrentar discursos, posturas e materiais didáticos que reduzem a riqueza cultural indígena a estereótipos preconceituosos, genéricos e atrasados, exige dos professores um esforço contínuo e exaustivo de contranarrativa¹⁰.

Diante dessas complexidades, o espaço de escuta do grupo focal confirmou que a educação escolar indígena não se resume a uma mera adaptação técnica do currículo nacional. Trata-se, fundamentalmente, de um permanente campo de tensões e de tradução intercultural, que busca garantir o acesso aos conhecimentos globais da sociedade dominante, sem abrir mão dos projetos societários e ontológicos próprios da aldeia⁵. Mais do que isso, a intervenção revelou que, para esses educadores, o ato coletivo de ensinar é um dispositivo vital de (re)existência e (re)humanização, que converte a dor histórica e o imperativo da ancestralidade em ferramentas pedagógicas de libertação¹.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo possibilitou compreender como a escola indígena se constitui como um espaço de resistência cultural, fortalecimento identitário e produção de saberes, no qual o ofício docente mantém-se articulado à ancestralidade, à espiritualidade e à vida comunitária. Os resultados evidenciaram que as práticas pedagógicas desenvolvidas nesse contexto ultrapassam a lógica escolar hegemônica, valorizando a coletividade, a transmissão intergeracional de conhecimentos e a integração entre educação, território e cultura. Esses elementos reafirmam a relevância da educação escolar indígena diferenciada como estratégia de enfrentamento à colonialidade do saber e de legitimação das epistemologias indígenas no campo educacional.

Além disso, a experiência revelou-se significativa tanto para os professores participantes quanto para as estudantes mediadoras, ao se configurar como um espaço de escuta, reconhecimento e circulação de sentidos. Enquanto dispositivo metodológico e formativo, o grupo focal contribuiu para a valorização de narrativas historicamente silenciadas e para a construção de uma prática acadêmica ética, sensível e comprometida com a descolonização do conhecimento. Por fim, destaca-se a importância de ampliar pesquisas e intervenções que fortaleçam o diálogo entre universidade e comunidades indígenas, promovendo maior visibilidade, reconhecimento e respeito aos saberes e modos de vida desses povos.

REFERÊNCIAS

1. Walsh C, editor. *Pedagogías decoloniales: prácticas insurgentes de resistir, (re)existir y (re)vivir*. Tomo II. Quito: Ediciones Abya-Yala; 2017.
2. Nobre GS, Barbosa EMS, Lopes FG. Maternidade, cuidado e oncologia: um relato de experiência. *Cad ESP*. 2025;19:e2442.
3. Minayo MCS. *O Desafio do Conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. 14. ed. São Paulo: Hucitec; 2014.
4. Brasil. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012. Aprova as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. *Diário Oficial da União*. 13 jun 2013; Seção 1:59.
5. Baniwa GS. *O Índio Brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje*. Brasília: Ministério da Educação; 2006.
6. Holanda SF, Andrade RC, Gomes RO. *Individualismo ou coletividade: contrastes entre a educação neoliberal e a educação indígena*. *Cad Pedagógico*. 2024;21(8):1-25. DOI: 10.54033/cadpedv21n8-240.
7. Sousa EL. “Na nossa cultura ninguém dança sozinho”: a escola, os saberes indígenas e a noção de coletividade. *Articulando e Construindo Saberes*. 2017;2(1):273-86. DOI: 10.5216/racs.v2i1.49017.
8. Krenak A. *Futuro ancestral*. São Paulo: Companhia das Letras; 2022 [citado 18 mar 2026]. Disponível em: <https://www.companhiadasletras.com.br>.
9. Jesus ZR. Povos indígenas e história do Brasil: invisibilidade, silenciamento, violência e preconceito. In: *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História*; 2011 jul; São Paulo. São Paulo: ANPUH; 2011 [citado 18 mar 2026]. Disponível em: <https://www.snh2011.anpuh.org>.
10. Munduruku D. *O banquete dos deuses: conversa sobre a origem e a cultura brasileira*. 2a ed. São Paulo: Global; 2009 [citado 18 mar 2026]. Disponível em: <https://www.globaleditora.com.br>.

Autor Correspondente

Áurea Viana Moreira
aureavianamoreira@gmail.com

Contribuições dos Autores

Supervisão: FGL; **Redação – rascunho original:** AVM, GRLA, FGL; **Redação – revisão e edição:** AVM, GRLA.

Conflito de Interesses

Não há conflitos de interesse.

Financiamento

Editores Associados

Bruno Neves da Silva, Genilton da Silva Faheina Junior e Sofia de Moraes Arnaldo

Como Citar

Moreira AV, Araújo GRL, Lopes FG. Resistência, ancestralidade e coletividade na educação indígena. *Cadernos ESP*. 2026;20:e2642.

Recebido em: 23/02/2026

Publicado em: 08/06/2026